

Empresário faz dura crítica

Porto Alegre — Ao rejeitar a classificação feita pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, de “crime le-sa-pátria” para as remarcações de preços pelos empresários, o presidente da Federação das Associações Comerciais do estado (Federasul), Anton Biedermann, afirmou ontem que “o Governo não tem autoridade moral para pedir aos empresários que deixem de remarcar os preços dos produtos. Mensalmente o Governo reajusta as tarifas públicas, como combustíveis, energia elétrica etc...”

“O Governo não combate as verdadeiras causas da inflação, que são o déficit público e a emissão de moeda sem lastro”, frisou Anton Biedermann. Já o presidente do Clube dos Diretores Lojistas, Eduardo Tevá, anunciou que a entidade nacional da categoria vai entrar com ação na Justiça, contestando a constitucionalidade do IPMF (o imposto sobre cheques).

“O IPMF é inaceitável. O setor público já exigiu sacrifícios demais do setor privado”, alegou Eduardo Tevá. No meio destas discussões, as escolas particulares do Rio Grande do Sul deverão reajustar suas mensalidades em agosto em até 150 por cento.